

Apesar da evolução no processo de combate às fraudes, a estimativa é que ainda estejam presentes em 14% dos sinistros

O Brasil é o país mais exposto no ranking mundial que apura a corrupção, o que faz com que os processos de integridade e a governança sejam mais rígidos nas companhias de seguro e resseguro que queiram operar no país. O ambiente de corrupção faz com que o mercado de seguros tenha um número alarmante de fraudes: 14% dos sinistros reportados no país são fraudes, mas é difícil para as seguradoras provarem e recuperar perdas, o que acontece em apenas 2% dos casos. As revelações são de Luciano Calabró Calheiros, CEO da Swiss-RE, palestrante do painel Fortalecimento e Integração das Estruturas de Governança, Risco e Compliance nas Organizações.

“Quem paga por isso é o bom cliente. Um comparativo do Brasil com o resto do mundo revelou que o país tem perdas de R\$ 216 bilhões com a corrupção, o equivalente a 10% do PIB, enquanto no mundo as perdas são de 5% do PIB global, que é de US\$ 70,28 trilhões”, advertiu Calheiros.

O painel foi a última apresentação do 11º Seminário de Controles Internos e Compliance, promovido pela CNseg em paralelo ao 8º CONSEGURO e contou com as participações o superintendente de riscos da SulAmérica, Marcos Spieguel, e do diretor técnico de riscos da Brasilprev, Wilson Luiz Matar, com moderação da superintendente de acompanhamento técnico da CNseg, Karini Madeira,

Calheiros revelou que o modelo de integridade e governança da Swiss-Re é baseado em cinco pilares: comprometimento e apoio da alta direção; instâncias responsáveis por risco e compliance; análise de perfil e risco; regras e instrumentos; e monitoramento contínuo.

“Essas áreas têm de trabalhar de forma integrada. Mas, quando a empresa tem uma estrutura global, alguns aspectos podem ficar em uma área cinzenta. Para fazer com que o negócio seja mais eficiente, antes de começar a subscrição, adotamos alguns processos. É preciso conhecer e avaliar o cliente e o corretor; garantir que o cliente não tem problemas ambientais, sociais e trabalhistas; avaliar riscos com normativas locais realizada pelas áreas de compliance, gerenciamento de risco e negócios”, elencou Calheiros.

Ele disse que a integração das áreas traz uma série de benefícios, com evitar prejuízos, contribuir para a reputação, melhorar a gestão de controles internos, e ajudar a antecipar a identificação de problemas.

“O mercado segurador tem pouca transparência. Integridade e governança podem contribuir para maior transparência. Investir nesses processos pode tornar a operação mais lenta e até fazer perder um negócio aparentemente vantajoso. Mas, a médio e longo prazos, isso faz sentido e se paga com maior retorno e diferencial competitivo. As áreas de negócio têm de entender o valor das áreas de risco e compliance”, defendeu Calheiros.

O superintendente de riscos da SulAmérica, apresentou o modelo de Governança Risco e Compliance (GRC). Ele observou que o modelo não é novo, mas aumentou a eficiência de partes da companhia que atuavam de forma isolada.

“As estruturas deveriam falar a mesma linguagem com um objetivo comum, o que nem sempre ocorre, pois, muitas vezes, as áreas trabalham em silos. O processo de gestão de riscos deve apoiar a tomada de decisão, contribuindo, mas não decidindo”, defendeu Spieguel.

Ele explicou que 76% das empresas adotam o modelo do Canadá e dos EUA, baseado em três linhas de defesa: o tomador do risco, que deve ter claro os limites de risco; as áreas de controles gerenciais e controles internos; e a auditoria interna.

“Nas apresentações, parece que tudo funciona bem, mas o que tira o sono hoje é saber se estamos preparados para assumir riscos futuros. Os fornecedores de soluções de GRC são todos ótimos para o cenário atual, mas e daí a cinco anos?”, questionou Spieguel.

Já o diretor técnico de riscos da Brasilprev, que passou a maior parte de sua carreira no setor bancário e há três anos atua no setor de seguros, declarou ter se surpreendido com o modo preventivo com que o setor está trabalhando com risco e compliance, ao contrário dos bancos que aprenderam na dor, após os problemas terem ocorrido. Ele destacou ainda o papel do regulador como um incentivador de melhores práticas.

“A Susep já tinha controles, mas, nos últimos quatro anos, passou a investir em uma legislação mais moderna. Isso leva as empresas a implementarem estruturas mais robustas. A Susep tem uma regulação genérica, pois há empresas que não têm condições de investir em ferramentas. Mas as instituições que têm essa capacidade são incentivadas pela Susep com uma redução de capital mínimo. Mas não temos de ficar presos ao regulatório. Temos de aprimorar os processos pois isso traz resultados para a companhia permitindo tomar decisões melhores”, conclui.

Fonte: [CNseg](#), em 22.09.2017.